

# DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR E INCLUSÃO SOCIAL NO DISTRITO FEDERAL

## DEMOCRATIZING ACCESS TO HIGHER EDUCATION AND SOCIAL INCLUSION IN THE FEDERAL DISTRICT, BRAZIL

Tânia Maria de Freitas Rossi<sup>1</sup>

### RESUMO

Este ensaio objetiva refletir sobre a efetividade da política de democratização do acesso à Educação Superior no Distrito Federal, apontando que, quando há o incremento e expansão do acesso à educação, os efeitos sociais esperados serão menores e terão a qualidade e seu poder social comprometidos. Se um grupo social possui hegemonia sobre determinados bens e serviços, exercerá controle a seu acesso, para garantir o privilégio.

**Palavras-chave:** Democratização da Educação Superior; Política Educacional; Inclusão Social.

### ABSTRACT

This essay aims to reflect on the effectiveness of the policy of democratization of access to higher education in the Federal District, Brazil, pointing out that, when there is an increase and expansion of access to education, the expected social effects will be smaller and have the quality and its committed social power. If a social group has hegemony over certain goods and services, usually exercise control to the access in order to ensure the own privilege.

**Keywords:** Democratization of Higher Education; Educational politics; Social inclusion.

### INTRODUÇÃO

O Brasil vivenciou um período de crescimento acompanhado por condições macroeconômicas e políticas positivas: déficit fiscal baixo, diminuição significativa do endividamento externo e um avanço importante no apoio à democracia, apesar de o contexto econômico mundial, à época, encontrar-se pouco favorável. Em decorrência, o ano de 2007 assistiu a Organização das Nações Unidas inserir o país no grupo de países com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) elevado, ombreando nações tidas como desenvolvidas. Imediatamente após, em 2008, alçou a posição de *investment grade* pelas agências internacionais de *rating*. Enquanto isto, os indicadores substantivos e também os simbólicos apontavam a ocorrência de um *boom* na classe C, que teve acesso à casa própria, carro,

---

<sup>1</sup> Faculdade ICESP de Brasília / Centro Universitário de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste

computador, facilidades de crédito e carteira de trabalho assinada. Quase 30 milhões de brasileiros ingressaram na classe C (definida como nova classe média pela Fundação Getúlio Vargas), abrangendo 94,9 milhões de pessoas (50,5% do total da população), em 2009. No mesmo período, mais de 20 milhões subiram para as classes A e B, de renda maior. Os brasileiros que se enquadravam nas classes D e E passaram de pouco mais de 96 milhões para 73 milhões de pessoas (NERI, 2009).

De fato, na última década, o país veio, na mesma linha dos demais países da América Latina e do Caribe, articulando políticas de crescimento econômico com políticas de desenvolvimento social, de modo a promover o enfrentamento das desigualdades regionais e promover a inclusão social. A tentativa de redução da desigualdade vinculou-se, principalmente, à atividade *redistributiva* do Estado, com destaque para os programas de transferência de renda e políticas focais nas áreas de saúde e de educação, com o comprometimento de criar políticas de trabalho para incluir os beneficiários do sistema de proteção social no mercado formal ou informal, operando a partir de um sistema de condicionalidades para a transferência.

Em 2010, 63 milhões de pessoas, dos 190,7 milhões tinham acesso às políticas sociais do Governo Federal implantadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome, ou seja, quase um terço da população (*GRYNSPAN, 2010*). As perspectivas econômicas, para 2013, indicaram que, apesar do fraco crescimento de 2012, as medidas macroeconômicas de incentivo ao investimento aplicadas pelo governo (corte de juro e alta do câmbio) teriam impactos positivos, com o crescimento do Produto Interno Bruto-PIB projetado em 4%. Desde a ótica de 44% dos brasileiros, a economia iria melhorar, em 2013, embora tivessem receio da inflação.

De todo modo, na Análise de Conjuntura elaborada pelo PUC-SP (2013), a estimativa oficial do crescimento do Produto Interno Bruto do país apontava para uma taxa de cerca de 1%, com taxa básica oficial de juros (SELIC) de 7,25%. Para evitar o baixo crescimento, o Banco Central, em 2012, abaixou os juros e o governo realizou um conjunto de desonerações tributárias, todavia, os menores juros não conseguiram estimular a economia. Com a alta inadimplência, os bancos reduziram os empréstimos e a indústria registrou queda de cerca de 2,3% na produção.

As incertezas em relação às mudanças regulatórias feitas pelo Governo desaguou no congelamento dos investimentos, entretanto, o consumo no varejo cresceu 8,9%, em 2012,

estimulado pela renda crescente, desemprego em queda e farto crédito associado a desonerações de tributos da linha branca de produtos e da venda de veículos.

No setor exterior, no final de 2012, o país acumulou saldo negativo em relação à entrada de recursos em dólares no país, com déficit de US\$ 6,755 bilhões, em fevereiro, que foi coberto pelo fluxo de Investimento Estrangeiro Direto. Em função do crescimento econômico mais fraco, a balança comercial mostrava um déficit causado pelo aumento das importações de combustíveis e lubrificantes, que subiram 52% em relação ao mesmo período de 2012 contribuindo para a alta de 18% nas importações.

Apesar dos maus resultados do desempenho da economia, a arrecadação de impostos e de contribuições federais subiu e atingiu um valor recorde em 2012, equivalente a um crescimento de 0,7% acima da inflação quando comparado com o total de 2011. As contribuições pagas à Previdência Social, que estão relacionadas com os empregados que têm carteira de trabalho assinada, cresceram 5,63% em termos reais e as diferentes formas de recolhimento do imposto sobre a renda dos trabalhadores aumentaram entre 3,5% e 5% acima da inflação.

No cenário das políticas educacionais, o processo de universalização do ensino fundamental, que avançou a partir dos anos 1990, foi seguido pelo crescimento do ensino médio, mas o ensino superior registrou o maior feito: triplicou o número de matrículas, com a ampliação, na esfera pública, das redes das universidades federais e dos institutos de educação profissional e tecnológica e, na esfera privada, a implementação de programas como o ProUni e do Fies, responsáveis pelo forte aumento da oferta de vagas na rede particular.

O desenvolvimento e o crescimento do país, juntamente com as políticas sociais que pretendem garantir direitos e inclusão social, alteraram a sua inserção internacional, entretanto, o cenário exhibe um processo de produção da pobreza estrutural globalizada que, a despeito de concentrar-se em maior proporção nos países pobres, deixou de configurar uma pobreza local ou nacional para tornar-se uma pobreza estrutural decorrente do crescente desemprego, da degradação salarial e do tipo de ação de proteção social envidado pelo Estado.

As políticas sociais estão transformando a vida da população mais pobre e, ao mesmo tempo, gerando contradições importantes. A transferência de renda no contexto da política de Assistência Social, por exemplo, apresenta-se como um problema para o mercado formal de trabalho, com potencial para enfraquecê-lo. O Programa Bolsa Família e outros programas de transferência de renda, cuja função era complementar os rendimentos do grupo familiar, também podem ser utilizados para substituir o trabalho remunerado, o que significa que as

políticas públicas não logram gerar emprego e renda, mitigar a pobreza e promover a autonomia de seus beneficiários.

A expansão da oferta de educação superior, por intermédio da democratização do acesso a esse nível de ensino, enfrenta o debate com a sociedade quanto à sua pertinência, qualidade e oportunidade. Apesar desse intenso crescimento observado no ensino superior, o percentual de acesso dos jovens é ainda muito restrito – abrange 19% na faixa etária de 18 a 24 anos (PNAD, 2009), quando o acesso ao ensino superior, em 1997, já atingia 45% dos jovens de 18 a 21 anos nos EUA e 69% na Coreia do Sul.

A parcela da população que ainda não tem acesso ao ensino superior é de 80% dos jovens com idade de 18 a 24 anos, dos quais a metade deles (48%) não possui os requisitos formais para concorrer a vagas no ensino superior, pois 21% destes novos adultos não concluíram o ensino fundamental e 27% não concluíram o ensino médio. Em outros termos, somente 33% dos jovens na faixa de idade de 18 a 24 anos concluíram o ensino médio, como mais alto nível de escolaridade, e dessa forma possuem os requisitos escolares formais para terem acesso ao ensino superior (ANDRADE, 2010). Estes números evidenciam que as matrículas no ensino médio devem ser duplicadas para atender a parcela jovem de 15 a 17 anos. A democratização do acesso ao ensino superior depende, pois, da ampliação do acesso e do número de concluintes no ensino médio e seu efetivo aprendizado.

Este cenário demanda, diuturnamente, a compreensão do funcionamento do sistema educacional, sua relação com as políticas públicas que tentam incidir sobre a melhoria do acesso e da qualidade de ensino e a superação das restrições decorrentes das clivagens sociais que se manifestam no interior de todo o sistema educacional – do ensino fundamental, médio e superior. Instaura o debate social, econômico e político sobre a “nova classe média” que é transversalizado pelo fenômeno da contemporaneidade. Indaga a mobilidade social vista desde a perspectiva do aumento do padrão de consumo, de acesso à renda e ocupações diversas, propalada nas instâncias hegemônicas. Interroga os processos de geração de inclusão social, tematizando estas categorias.

## **A EDUCAÇÃO SUPERIOR: CONJUNTURA ATUAL**

A onda de crescimento rapidamente entrou em colapso. Em dezembro de 2015, de acordo com Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2016), a economia brasileira evidenciou queda de todos os indicadores de sua atividade, em ritmo mais acelerado do que o registrado anteriormente, em comparação os três primeiros trimestres de 2015. O longo e aparente ciclo de expansão anterior desaguou em desequilíbrios significativos nas contas

públicas e no orçamento familiar que, depois de anos de contínuo incentivo à expansão do endividamento, foi submetida a pesado ajuste. O consumo das famílias registrou, no terceiro trimestre de 2015, a terceira retração consecutiva na série livre de influências sazonais (-1,5%), fato que não ocorria desde o início de 1998 (IPEA, 2016). A economia entrou em recessão, no segundo trimestre de 2014 e a queda acumulada do PIB, em 2015, se aproximou de 6,0%, também um recorde dos últimos 20 anos.

O mercado de trabalho vem sendo duramente afetado pelo quadro de desaquecimento econômico, com o Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED) registrando, de janeiro a outubro de 2015, a perda de quase 1,4 milhão de postos de trabalho. A taxa de desocupação atingiu 7,9%, com 3,2 pontos percentuais a mais em relação ao mesmo mês de 2014. O desemprego medido pela PNAD alcançou 8,9%, com alta de 2,1 pontos percentuais na mesma comparação (IPEA, 2016). É interessante notar que a fraqueza do mercado de trabalho ainda não revelou efeitos muito intensos sobre os salários reais, especialmente no caso da PNAD Contínua, que ainda mostra variações positivas em relação ao ano passado.

A Assessoria Econômica da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica – ABINEE (2016) produziu uma análise econômica com base em informações capturadas mensalmente pelo departamento de economia e concordando com os achados do IPEA, aponta que a categoria Consumo, em 2015, experimentou forte regressão, destacando-se o caso dos bens de capital (-25,5%) e dos bens de consumo duráveis (-18,7%). O baixo grau de confiança dos agentes, o aumento da taxa de juros, a perda de poder aquisitivo, em função da inflação mais elevada, e as restrições impostas a novas concessões de crédito explicam os resultados apresentados. A crise mostra-se generalizada, recobrando as atividades de fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (-30%), veículos automotores, reboques e carrocerias (-25,9%), impressão e reprodução de gravações (-17,2%) e produtos têxteis (-14,6%) e a gravidade da situação e a indefinição com respeito à estratégia para superação da crise têm provocado dispersão das projeções para 2016 e 2017.

Embora a esfera federal tenha engendrado alternativas de contenção da crise, os “três ajustes” fundamentais ao reequilíbrio da economia – setor externo, inflação e contas públicas desenhados para corrigir o curso da economia mostraram resultados heterogêneos. A inflação superou a marca de 10% em doze meses, a taxa mais elevada desde 2003 com forte deterioração das expectativas do mercado quanto à inflação futura. Os resultados fiscais ainda não apresentaram melhorias palpáveis, a despeito do rigoroso controle de gastos observado no último ano e da aprovação de várias das propostas de contenção de gastos obrigatórios e

aumento das receitas públicas enviadas pelo Executivo ao Congresso Nacional ao longo do ano (IPEA, 2016).

A produção da indústria brasileira encolheu 8,3% em comparação ao ano anterior e o mercado espera nova queda de 4,0%. Não há perspectiva de melhora nas estimativas. A indústria de transformação foi a principal responsável pelo desempenho geral, pois apresentou queda de 9,9% e foi acompanhada pela queda do número de horas trabalhadas (10,3%), de empregos (-6,1%) e do faturamento real (-8,8%). O faturamento médio anual da indústria de transformação regrediu aos níveis de 2009 e o nível de utilização da capacidade instalada finalizou dezembro em 77,5%, muito abaixo da média histórica do setor (ABINEE, 2016).

O declínio e a fragilização da indústria de transformação insere-se no contexto de valorização da taxa de câmbio até 2014, o que promoveu o desalinhamento das cadeias produtivas e enfraqueceu a sua capacidade exportadora. A produtividade decrescente é seguida por custos industriais em progressão (salarial, de capital e de insumos importados), a reclamar o enfrentamento deste conjunto de fatores de modo a evitar a deterioração irreversível do setor industrial.

A situação tornou-se mais difícil diante da eclosão de uma crise política de rara gravidade, aumentando a incerteza dos mercados sobre a capacidade de o governo aprovar as medidas necessárias de política econômica. Esse complexo cenário político-econômico reflete-se diretamente nos diversos indicadores de confiança dos consumidores e dos empresários, que alcançam níveis historicamente baixos e sem sinais concretos de reversão e ganha concretude no desempenho da atividade econômica, que deverá sofrer, neste ano, a maior retração dos últimos 25 anos (IPEA, 2016).

Em decorrência da crise, o Ministério da Educação e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foram as áreas mais afetadas pelo corte de R\$ 21,2 bilhões, em março de 2016 e perdeu R\$ 4,27 bilhões no novo contingenciamento.

Em 2014, foram 2 milhões de novas matrículas na Educação Superior e 2015 apresentou uma redução de 12 % em relação ao ano anterior, ou seja, 284 mil estudantes a menos no ensino superior em função da redução dos números de vagas concedidas através do Fies. As estimativas para os dois próximos anos indicam uma queda de 20% a menos, isto é, de quase 500 mil novos estudantes – incluindo alunos de graduações presenciais e à distância (HOPER EDUCAÇÃO, 2015). Em janeiro de 2016, foram disponibilizadas 9,5 mil bolsas a menos em relação ao ano passado, com acirramento da disputa que atingiu 15,3 candidatos por vaga na edição do primeiro semestre de 2016, número superior ao registrado em 2015, quando a procura

foi de 13,8 candidatos. As sinopses estatísticas dos Censos da Educação Superior (MEC, 2016), de 2011 a 2014, apesar da alta procura, o número de trancamentos no período cresceu cerca de 60%, em relação ao ano anterior.

Diante do agravamento do cenário nacional, os debates acerca da educação superior giraram em torno de três indagações centrais: o sentido e a pertinência social da universidade diante dos desafios que enfrenta a sociedade brasileira e seu potencial de inclusão social. A elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020), considerando a análise de indicadores da Educação Superior no Brasil, na última década, aponta não só a quantidade, mas também a complexidade dos desafios, especialmente se for mantida a política de expansão de vagas e promoção da qualidade para ampliar a democratização e a relação da universidade com a sociedade (SPELLER; ROBL; MENEGHEL, 2012)

### **A POLÍTICA DE DEMOCRATIZAÇÃO DE ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR: PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS - PROUNI**

A Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, instituiu o Programa Universidade para Todos – PROUNI - (BRASIL, 2005) visa garantir, aos estudantes que tenham cursado e concluído o Ensino Médio em escola pública, acesso gratuito à Educação Superior por meio do preenchimento de vagas remanescentes nas instituições particulares de ensino superior. Pretende atingir, também, pessoas com necessidades especiais, negros, indígenas e atletas; professores da rede pública de ensino. Em troca da isenção fiscal, as instituições particulares passaram a oferecer bolsas de estudo para os cursos de graduação e os sequenciais de formação específica, de acordo com os seguintes critérios: bolsistas integrais deveriam ter renda familiar *per capita* igual ou menor que um salário mínimo e meio e, para ter direito às bolsas parciais (50 e 25%), ter renda familiar *per capita* menor que três salários mínimos.

Tal iniciativa decorreu da impossibilidade de as instituições federais atenderem à demanda já concentrada. Os beneficiados com bolsa parcial pelo ProUni podem utilizar o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) que é um programa do Ministério da Educação que financia o curso de graduação na educação superior de estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitas na forma da Lei 10.260/2001, para complementar o pagamento das mensalidades dos cursos escolhidos, se a instituição escolhida integrar esse Programa. Podem recorrer ao benefício os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação.

A Lei pretendeu incrementar as possibilidades de jovens, com faixa etária compreendida entre 18 e 24 anos, advindos de estratos economicamente desfavorecidos da população, a terem acesso à Educação Superior, e, assim, garantir que o governo alcançasse 30% de jovens nesta faixa de idade, matriculados no ensino superior, meta estipulada pelo Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2005).

A política pretendeu beneficiar os estudantes aptos a prosseguirem os estudos em nível superior e às instituições particulares que aproveitaram o número de vagas ociosas e conquistaram isenção fiscal. Não obstante, com tais políticas públicas de educação superior, houve a transferência da expansão deste nível de ensino para o setor privado, por meio da mercantilização do ensino. As iniciativas cuja implementação é anterior à década de 1990, aceleraram o crescimento do acesso ao ensino superior por intermédio do aumento do número de matrículas nas instituições particulares, da diversificação da oferta de curso, e da racionalização dos recursos nas Instituições Federais de Educação Superior (OLIVEIRA et al., 2008).

A expansão do acesso não contou, entretanto, com medidas estruturais que garantissem, de modo efetivo, a permanência e a qualidade da formação recebida. Sabe-se que, historicamente os estudantes egressos da rede pública não logravam acesso à educação superior nas instituições federais, pois não eram aprovados nos concursos de vestibular em função da baixa qualidade da formação acadêmica recebida em seu processo de escolarização. Para prosseguirem os estudos, aqueles com maior poder aquisitivo recorriam à rede particular de ensino, que ainda exigiam provas para ingresso, e os demais inviabilizados do acesso ao ensino superior, ingressavam no mercado de trabalho sem qualificação profissional.

Com a expansão do acesso e abertura do mercado de educação superior, as vagas, hoje, estão disponibilizadas na rede privada como mercadoria e a matrícula é quase automática. Não são necessários exames que atestem a qualificação alcançada na educação básica. Estabeleceu-se uma disputa e uma concorrência férrea entre as instituições particulares por alunos do PROUNI. A captação de novos estudantes, de transferências daqueles matriculados nas concorrentes e o rebaixamento do nível de ensino como incentivo à permanência na Instituição são alguns dos problemas flagrantes do cenário atual.

Para auxiliar o custeio das despesas educacionais, o ProUni instituiu, em 2006, a Bolsa-Permanência, no valor de R\$ 300,00 mensais, concedida a estudantes com bolsa integral em utilização, matriculados em cursos presenciais com no mínimo seis semestres de duração e cuja carga horária média superior ou igual a seis horas diárias de aula. O processo de seleção



dos bolsistas aptos ao recebimento da Bolsa-Permanência é feito automaticamente pelo Sisprouni, no início de cada semestre, observada a disponibilidade orçamentária e financeira do Ministério da Educação.

Schwartzman (2003) sinaliza que a educação superior no Brasil visa, principalmente, oferecer vias de mobilidade social para grupos sociais emergentes, e formar profissionais com qualificação para atuarem no mercado de trabalho.

A despeito da expansão das matrículas na educação básica e do vertiginoso crescimento do ensino superior, o cenário da desigualdade social e econômica parece não ter sofrido alterações e a expansão configurou um quadro de matrículas mais elitista do que o verificado no início da década (TAVARES JUNIOR, 2011), o que demanda estudos e investigações que esclareçam o fenômeno.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ainda que tematize os ganhos sociais e econômicos advindos do processo de educação formal, a literatura concorda que a educação superior configura, potencialmente, melhores perspectivas de promover qualificação profissional, mobilidade social e agregar valor econômico e constitui o nível de ensino em maior expansão no país, com seus limites e possibilidades.

A estratificação vertical e a horizontal proporcionada pela educação evidenciam uma relação inversamente proporcional à sua distribuição: quanto maior a distribuição e acesso às oportunidades educacionais, menor a mobilidade social que proporcionará, movimento que decorre da natureza social e econômica que caracterizam os serviços educacionais na economia posicional (HIRSCH, 1979). Em outras palavras, quando há o incremento e expansão do acesso à educação, os efeitos sociais esperados serão menores e terão a qualidade e seu poder social comprometidos. Se um grupo social possui hegemonia sobre determinados bens e serviços, exercerá controle a seu acesso, para garantir o privilégio. Quanto mais limitado o acesso aos bens e serviços na economia posicional de Hirsch maior será o valor econômico e social que deterá.

Ressalta-se, nesta dinâmica, que escolaridade e renda apresentam correlação forte e positiva, ampliando o desejo de acesso, as expectativas de mobilidade e o agravamento das desigualdades para aqueles que não logram superar os obstáculos internos ao sistema educacional. O fato é que a educação, por muito tempo, considerada um agente de mobilidade ascendente, a despeito do estrato social de origem do indivíduo, hoje, tende a deixar de ser

agente de equidade para ser mera perpetuadora dos mecanismos de desigualdade. Por um lado, a procura e o acesso a determinados cursos superiores mostram que há uma divisão clara entre carreiras de maior ou menor prestígio e uma tendência à desigualdade e à reprodução social. O futuro profissional do estudante está fortemente determinado por sua origem social.

Por outro, o binômio educação básica particular e educação básica pública não apenas perpetua a origem e condição social do estudante como também, aliando-se à “educação complementar” determina o acesso à instituição de educação superior. Os egressos da escola pública serão os estudantes das instituições de ensino superior privadas e os egressos das escolas particulares chegarão às instituições públicas. As contradições infra-estruturais deságuam na mesma vala comum: a desigualdade social e econômica que emoldura a exclusão social.

O Estado delega, pois, às instituições de educação superior a tarefa de universalizar a educação de qualidade, base do desenvolvimento econômico e social individual e coletivo, de assegurar que o incremento da capacidade produtiva, enquanto resultado de investimento na elevação dos níveis de aprendizagem, seja capaz de aumentar não apenas a produção de riquezas, mas, também, a formação humanística, a inserção e participação social de cada estudante, na ordem democrática.

Se definir e avaliar ‘inclusão social’ no contexto atual implica respostas subjetivas que considerarão e valorarão, distintamente, a participação de fatores extra-econômicos como liberdade de escolha individual, acesso a serviços públicos de saúde e educação de qualidade, acesso aos bens culturais, moradia condigna, é imprescindível investir em investigações científicas que garantam voz e vez ao estudante e ao egresso para verificar os sentidos que atribuem a esses fatores.

Em síntese, quando se trata de determinar o que é inclusão social, o seu inverso, a exclusão social, se apresenta. As políticas de inclusão consideradas também de inserção social, gerando estratégias de integração de indivíduos ao sistema social, podem cumprir a função de manter sob controle as tensões sociais originárias do desemprego, da desigualdade de oportunidades e da pobreza extrema. A análise do binômio inclusão-exclusão amplia a compreensão de problemas afeitos às relações sociais no modo de produção capitalista, mas estes não podem ser explicados tão-somente pela expropriação da terra ou pela apropriação do produto do trabalho, dos meios de produção e de sobrevivência. O binômio inclusão/exclusão social no processo de democratização do acesso à Educação superior, além de abrir novos horizontes aos estudantes, também diz respeito aos processos de opressão, de discriminação e

de dominação e pode desvelar aspectos que ficam subsumidos na análise das relações de conflito entre pólos antagônicos.

Afinal, as formas de exclusão ou de interdição são objetivadas materialmente, mediante distintas justificativas e pretendem ser transparentes, sem dar lugar a contestação de sua objetividade. Esse é justamente o lugar de sua inconsistência na medida em que diz acerca da aparência do fenômeno, da sua realidade empírica e não logra desvelar quem são os sujeitos concretos e os motivos pelos quais alguns estão dentro (incluídos) e outros fora (excluídos), não adentra a historicidade e espacialidade do fenômeno, fala de justificativas, mas não alinhava argumentos (FOUCAULT, 1996).

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Cibele Yahn. **Acesso ao ensino superior no Brasil: equidade e desigualdade social**. Revista do ensino Superior, UNICAMP, 2010. Disponível em: <http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/acesso-ao-ensino-superior-no-brasil-equidade-e-desigualdade-social> Acesso em 02/04/2013.

ASSESSORIA ECONÔMICA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA ELÉTRICA E ELETRÔNICA – Abinee. **Análise de conjuntura**. Janeiro de 2016 Disponível em: <http://www.abinee.org.br/abinee/decon/decon21.htm>. Acesso em: 05/04/2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI – regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Diário Oficial da [República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 14 jan. 2005b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm)>. Acesso em: 02 abril.2013.

CONTANDRIOPOULOS, André-Pierre *et al.* **Saber preparar uma pesquisa**: definição, estrutura, financiamento. 2. ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 1997.

COOK, T.; REICHARDT, T. D. **Métodos cualitativos y cuantitativos en investigación evaluativa**. 4. ed. Madrid: Morata, 2000.

GRYNSPAN, Rebeca. Desenvolvimento, crescimento e Superação da pobreza: desafios Impostos pela crise internacional. In: COELHO, Maria Francisca Pinheiro Coelho; Luziele Maria de Souza Tapajós; Monica Rodrigues. (Orgs). **Políticas sociais para o desenvolvimento: superar a pobreza e promover a inclusão**; Simpósio Internacional sobre Desenvolvimento Social. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas. Grupo de Análises e Previsões. **Análise de Conjuntura**. Rio de Janeiro: IPEA. Dimac, Dezembro de 2015.

HIRSCH, Fred. *Limites Sociais do Crescimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

HOPER EDUCAÇÃO. **Análise Setorial da Educação Superior Privada**. Rio de Janeiro: Editora Saraiva, 2016.

KRIPPENDORFF, K. **Content analysis: an introduction to its methodology**. 2. ed. London: Sage Publications, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Indicadores de Avaliação para Mudança. **Revista Brasileira de Educação Médica** 87 33 (1 Supl. 1): 83-91; 2009: 83-91.

NERI, Marcelo Cortes.(Coord.)**A nova Classe média**. FGV-IBRES, CPS, Rio de Janeiro, 2009.

OLIVEIRA, J. F. et al. Democratização do acesso e inclusão na educação superior no Brasil. In: BITTAR, M.; OLIVEIRA, J. F.; MOROSINI, M. (Orgs.). **Educação superior no Brasil – 10 anos pós-LDB**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

Patton MQ. **Qualitative evaluation and research methods**. 2<sup>nd</sup> Ed. Newbury Park: Sage Publications, 1991.

SCHWARTZMAN, Simon. **Universities and the Transformation of Society in Brazil**. Paper prepared for the research project on “The Role of Universities in the Transformation of Societies”, The Centre for Higher Education Research and Information (CHERI) of the UK Open University and the Association of Commonwealth Universities (ACU). October 2003.

SPELLER, Paulo; ROBL, Fabiane; MENEGHEL; Stela Maria. **Desafios e perspectivas da educação superior brasileira para a próxima década**. Brasília : UNESCO, CNE, MEC, 2012.

TAVARES JÚNIOR, Fernando. Limites sociais das políticas de Educação: Equidade, mobilidade E estratificação social. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 36, n. 2, p. 539-557, jul./dez. 2011